

## SECÇÃO II

### ACÇÕES DESENVOLVIDAS RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

#### 1. Investigação contra a corrupção eleitoral

Face às eleições para a 5.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa da RAEM, que decorreram a 15 de Setembro de 2013, o CCAC encetou, nos finais de 2012, os trabalhos preparatórios para acompanhar o acto eleitoral e adoptou uma estratégia que qualificou como “Reforço na prevenção e firmeza no combate à corrupção eleitoral”, juntando, para o efeito, todos os recursos necessários para desenvolver os trabalhos de prevenção e combate. A par disso, manteve uma estreita cooperação com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, com o objectivo de combater, com todo o esforço, actos de corrupção eleitoral e promover os valores da integridade e garantir a integridade, a justiça e a imparcialidade das eleições legislativas.

Com a análise e a avaliação dos elementos recolhidos pela rede de informação do CCAC, foi possível aplicar medidas adequadas de combate à corrupção eleitoral em função das situações encontradas. Face às necessidades do trabalho, foram ainda criados vários grupos internos no âmbito do CCAC. Em relação às suspeitas de ilegalidade e irregularidade no âmbito das actividades eleitorais, o CCAC levou imediatamente a cabo actos de repressão. Especialmente, durante o período de campanha eleitoral, o CCAC chamou a atenção ou reprimiu atempadamente os actos e actividades suspeitas de corrupção eleitoral, enviando todos os esforços para assegurar umas eleições limpas.

O alargamento da Assembleia Legislativa, que conta com mais deputados por sufrágio directo e indirecto nesta legislatura, provocou forte concorrência eleitoral. Neste sentido, apesar das acções de prevenção e fiscalização empreendidas pelo CCAC, houve quem se iludisse e convencesse de que seria bafejado pela sorte e infringiu a lei, pretendendo prejudicar a integridade das eleições legislativas. Nestas eleições, foram recebidas 434 queixas e denúncias e 213 destas estiveram relacionadas com as eleições, incluindo, principalmente, irregularidades de angariação de assinaturas de comissões de candidatura, a realização de campanha eleitoral fora do período de campanha, a oferta de vantagens ou a coacção relativa a emprego para influenciar o sentido de voto dos eleitores, o transporte gratuito para os eleitores se deslocarem a assembleias de voto e bebidas e refeições gratuitas.

Em 11 de Setembro, o CCAC deteve um funcionário de uma associação e um outro cidadão, que terão praticado um crime de corrupção eleitoral, com a promessa da oferta de vantagens para influenciar o sentido de voto dos eleitores. O caso foi encaminhado para o Ministério Público.

No dia das eleições (15 de Setembro), o CCAC reforçou o trabalho de fiscalização com investigadores destacados em diferentes zonas e assembleias de voto. Durante a operação, 49 indivíduos foram interceptados por, alegadamente, entre outras situações, terem realizado reuniões ilegais e propaganda ilícita ou por terem tentado impedir os eleitores de exercerem o seu voto. O CCAC fez intervenções imediatas para devido tratamento. Por outro lado, detectaram-se ainda organizações que se aproveitaram de indivíduos não residentes para a angariação de votos em zonas próximas das assembleias de voto, o que levou à intervenção imediata do CCAC, que reprimiu, atempadamente, a prática de tais irregularidades.

No dia da votação, foram recebidas 46 queixas e denúncias pelo CCAC, das quais a maioria foi relacionada com situações verificadas no decurso da votação, incluindo o transporte dos eleitores, oferta de refeições em estabelecimentos de comida reservados e angariação de votos através de mensagens de telemóvel. A par disso, o CCAC acompanhou de perto vários tipos de informação divulgada na Internet. Perante indícios da prática de corrupção eleitoral, o CCAC enviou o seu pessoal para investigação *in loco*.

Nestas eleições legislativas, o CCAC desempenhou um importante papel concentrado na prevenção, tendo tido intervenções imediatas antes da ocorrência de quaisquer irregularidades, permitindo o seu tratamento atempado e evitando o agravamento das situações detectadas.

Analisando as situações das actividades eleitorais numa perspectiva geral, registaram-se, nestas eleições, mais situações de “angariação desonesta de votos” e uma redução significativa do número de ilegalidades de maior gravidade. Para além disso, é de referir que estas eleições demonstram vários problemas: uns têm a ver com o regime eleitoral, outros relacionam-se com as estratégias adoptadas por interessados nas actividades eleitorais, bem como alguns têm relação com a cultura eleitoral local. Tudo isso merece uma reflexão pela sociedade.

## 2. Sensibilização e promoção de umas eleições limpas

Para defender a integridade e a justiça nas eleições para a 5.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa da RAEM de 2013, o CCAC desenvolveu uma série de acções de sensibilização e promoção de umas eleições limpas.

### (1) Palestras sobre eleições limpas

No intuito de divulgar junto da população em geral a integridade das eleições legislativas, o CCAC organizou várias palestras “eleições limpas dependem de si”, destinadas a associações e escolas locais, em que foram abordados temas como o espírito das eleições, a lei eleitoral e ainda irregularidades eventualmente surgidas nas eleições e as multas e penas no âmbito das eleições legislativas. Nas palestras o pessoal do CCAC ainda respondeu as perguntas e dúvidas apresentadas pelos cidadãos relativas às actividades eleitorais, por forma a que a população pudesse cumprir a lei e actuar com consciência e auto-disciplina em prol das eleições limpas. Foram realizadas 34 sessões de palestras sobre eleições limpas, contando com a participação de 3.845 pessoas. Apresenta-se seguidamente a respectiva estatística.

#### Estatísticas das palestras sobre eleições limpas destinadas a associações e escolas

Tipos	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Associações	Associação de Juniores de Hou Kong	Membros	1	40
	Federação das Associações dos Operários de Macau (FAOM)	Pessoal de direcção e trabalhadores	1	200
	Aliança de Povo de Instituição de Macau	Membros	1	500
	Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores das 6 Ruas “Chou Toi”	Membros	1	50
	União Geral das Associações dos Moradores de Macau (UGAMM)	Pessoal de direcção e trabalhadores	1	40
	Centro de Dia da Praia do Manduco do Instituto de Acção Social	Membros	1	40
	Centro de Cuidados Especiais Longevidade da Cáritas de Macau	Membros	1	70
	Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores das Ruas de S. Domingos, dos Mercadores e Vias Circundantes	Membros	1	55
	Centro Comunitário da Taipa e Delegação nas Ilhas da UGAMM	Membros	1	20

Tipos	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Associações	Centro de Convívio Fai Chi Kei do Instituto da Acção Social	Membros	1	60
	Centro Comunitário Mong Há da UGAMM / Centro de Serviço Comunitário da Areia Preta da UGAMM / Associação de Amizade dos Moradores da Zona de Nordeste de Macau	Membros	1	60
	Associação Geral dos Chineses Ultramarinos de Macau	Membros	1	100
	Associação de Apoio aos Deficientes de Macau	Membros	1	50
	Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores da Praia Grande e Avenida da República	Membros	1	60
	Centro de Dia do Porto Interior da UGAMM	Membros	1	50
	Centro Pastoral da Areia Preta	Membros	1	40
	Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro O T'ái	Membros	1	30
	Centro Comunitário Tamagnini Barbosa da FAOM	Membros	1	100
	Centro de Dia “Alvorada” da Associação Richmond Fellowship de Macau	Utilizadores dos serviços do Centro	1	25
	Rede de Serviços Juvenis Bosco — Centro de Apoio à Família da Praça de Ponte e Horta	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos do ensino secundário complementar	1	30
	Comissão das associações de funcionários públicos de Macau para a preparação de actividades comemorativas do estabelecimento da RAEM	Funcionários públicos	1	60
Escolas	Escola Pui Tou	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	150
	Escola Kao Yip	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	250
	Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secundário)	Alunos do 3.º ano do ensino secundário complementar	1	300
	Escola Choi Nong Chi Tai	Alunos do 3.º ano do ensino secundário complementar	3	106

Tipos	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Escolas	Colégio de Santa Rosa de Lima (Secção Chinesa)	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	151
	Escola de Dança do Conservatório de Macau	Alunos dos 1.º e 3.º anos do ensino secundário complementar	1	25
	Escola Hou Kong	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	409
	Escola Keang Peng	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º anos do ensino secundário complementar	2	730
Outro	Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa	Voluntários	2	44
<b>Total</b>			34	3.845



Realização de palestra sobre eleições limpas destinada a associações



Realização de palestra “Eleições limpas dependem de si” em escolas

## (2) Peças de teatro “Eleições limpas dependem de si”

Para além de organização de palestras com temas específicos, foram realizadas pelo CCAC peças de teatro, divulgando aos alunos do ensino secundário umas eleições limpas. Através deste tipo de actividades, o CCAC promoveu junto dos jovens, de forma divertida, a importância da integridade e justiça nas eleições legislativas. A actividade foi um sucesso e contou com a participação activa dos estudantes. As 10 peças de teatro foram apresentadas em 10 escolas secundárias com a participação de 1.721 alunos.

### Estatísticas das peças de teatro “eleições limpas dependem de si” destinadas aos alunos do ensino secundário

Escolas	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Tong Sin Tong	Alunos do ensino secundário complementar	1	200
Escola de Musica do Conservatório de Macau	Alunos dos 2.º e 3.º anos do ensino secundário e dos 1.º, 2.º e 3.º ano do ensino secundário complementar	1	72
Colégio Yuet Wah	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	200
Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes	Alunos do 3.º ano do ensino secundário e do 3.º ano do ensino secundário complementar	1	224
Escola Ling Nam	Alunos dos 1.º e 2.º anos do ensino secundário complementar	1	170
Escola do Santíssimo Rosário	Alunos dos 2.º e 3.º anos do ensino secundário	1	125
Escola Pui Tou	Alunos do 1.º ano do ensino secundário complementar	1	180
Sheng Kung Hui Escola Choi Kou	Alunos do 2.º ano do ensino secundário complementar	1	194
Colégio Perpétuo Socorro Chan Sui Ki	Alunos do 2.º ano do ensino secundário	1	126
Escola Kao Yip	Alunos do 3.º ano do ensino secundário	1	230
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>1.721</b>



Realização de peças de teatro para promover eleições limpas junto de alunos do ensino secundário



CCAC promovendo, de forma divertida, importância da justiça nas eleições legislativas junto dos jovens

### (3) Actividades ao ar livre da série de acções promocionais sob o tema “Todos juntos para umas eleições limpas”

Para promover a integridade das eleições para a 5.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa, o CCAC realizou, em Agosto de 2013, três espectáculos de variedades ao ar livre sob o tema “Todos juntos para uma eleições limpas”, no Jardim Lok Ieong do Fai Chi Kei, junto ao Jardim da Cidade das Flores da Taipa e no Jardim do Mercado do Iao Hon, respectivamente. Com estas três actividades pretendeu-se desenvolver campanhas de sensibilização directa junto dos cidadãos, por meio de espectáculos ao vivo, tendas de jogos didácticos e painéis expositivos, de forma a despertar a atenção da comunidade para as eleições limpas.

O Comissário contra a Corrupção, Fong Man Chong, participou na última actividade promocional realizada no Iao Hon, referindo que o CCAC toma uma posição de firmeza quer na aplicação rigorosa da lei quer na investigação desses eventuais casos na área do combate à corrupção. O mesmo dirigente disse esperar que os eleitores estejam cientes e conscientes e respeitem o seu direito de voto para escolherem as pessoas certas nas eleições legislativas. Fong Man Chong apelou ainda às listas de candidatura para cumprirem rigorosamente as disposições da lei e respeitarem a integridade, a imparcialidade, a justiça e a transparência do regime eleitoral ao participar nas actividades eleitorais, com vista a assegurarem, em conjunto, os valores fundamentais da nossa sociedade.



Organização de espectáculos de variedades ao ar livre sob o tema “Todos juntos para uma eleições limpas”, para promover a integridade das eleições para a 5.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa



Com a realização de actividades, o CCAC pretendeu chamar a atenção dos cidadãos para umas eleições limpas

Para além disso, as acções promocionais sobre uma eleições limpas que foram promovidas pelo CCAC receberam o apoio de várias entidades locais, incluindo a Companhia de Electricidade de Macau, a Companhia de Telecomunicações de Macau, o Banco da China (Sucursal de Macau), o Banco Industrial e Comercial da China (Macau), o Banco Tai Fung, o Banco Weng Hang e o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa que contribuíram de forma significativa para a divulgação de informações sobre umas eleições limpas. Para agradecer esse contributo, o Comissário contra a Corrupção, Fong Man Chong, aproveitou a ocasião para oferecer lembranças às referidas instituições e grupo, prestando, dessa forma, o reconhecimento público pela responsabilidade social que demonstraram em prol da promoção da cultura eleitoral de Macua.

#### **(4) Publicação do livro “Promover uma concorrência leal”**

Considerando que houve mais de 10 mil novos eleitores jovens, de idade inferior a 24 anos, nas eleições para a AL de 2013, e tendo por objectivos reforçar a divulgação do sentido de integridade e eleições limpas junto da juventude, o CCAC convidou a famosa escritora local, Chan Im Wa, para a coordenação dos textos na publicação acima referida. O livro “Promover uma concorrência leal” é uma compilação de textos sob o tema de “concorrência leal”, redigidos por 22 escritores e personalidades de reconhecido mérito no sector de educação e cultura.

A publicação é composta por 6 partes, a saber “Justiça e imparcialidade dependem de nós”, “Proporcionar a todos o mesmo ponto de partida e as mesmas oportunidades”, “Da vida quotidiana”, “Prática de fraude traz consequências graves”, “Dar importância à igualdade, ganhar ou perder pouco importa” e “Respeite a concorrência leal e mostre seu carácter magnânimo”. Com a descrição minuciosa e comunicativa, os autores apresentaram as suas experiências pessoais ou alguns exemplos que eles conhecem, para abordar a importância de justiça e imparcialidade em ambiente concorrencial, eleições, vida quotidiana e cumprimento da lei. O CCAC espera que os jovens, ao ler o livro, possam ser inspirados e possam pensar e reflectir nas vantagens de concorrência leal para a sociedade, permitindo aos mesmos defender a integridade, a justiça e a imparcialidade da nossa sociedade.





Comissário contra a Corrupção oferecendo o livro "Promover uma concorrência leal" à coordenadora da sua edição, Chan Im Wa



Distribuição do livro "Promover uma concorrência leal" a cidadãos

### (5) Concurso para concepção de *slogan* – “Defendemos eleições limpas”

Tendo como objectivo divulgar a importância das eleições limpas junto dos cidadãos, o CCAC organizou um Concurso para concepção de *slogan* – “Defendemos eleições limpas”. Através da realização desta actividade, permitiu-se aos cidadãos, ao longo do processo da concepção do trabalho, reflectir de forma mais profunda sobre a justiça, a imparcialidade e a integridade das eleições para a Assembleia Legislativa, promovendo assim umas eleições limpas. Com uma participação activa dos cidadãos, o CCAC recebeu mais de 1.700 trabalhos criados por 886 participantes.

O júri do concurso foi composto pelo Presidente da Direcção da Associação dos Escritores de Macau, Doutor Lei Kun Teng; pela escritora Tong Mui Siu; pela produtora de programas televisivos Kong Wai Fan; pela professora assistente do Departamento de Chinês da Universidade de Macau, Doutora Tam Mei Leng; e pela representante do CCAC, Ao Man Wa. O júri considerou que os participantes apresentaram *slogans* de qualidade, dos quais alguns são excelentes pela criatividade e pela transmissão de mensagens de umas eleições limpas. Ademais, houve uma votação online para a selecção do melhor trabalho pelos cidadãos, podendo estes votar no *slogan* da sua preferência de entre os trabalhos apresentados e exprimindo as suas esperanças de eleições limpas.



Júri do Concurso para concepção de slogan e representante da entidade organizadora



Foto colectiva dos premiados do Concurso

## (6) Exposição itinerante comunitária e escolar “Eleições limpas dependem de si”

Para realizar uma melhor divulgação sobre eleições limpas em várias comunidades, o CCAC, com a colaboração de aproximadamente 50 associações/instituições, organizou a exposição itinerante comunitária “Eleições limpas dependem de si” e o jogo de perguntas e respostas sobre o tema. Com os painéis informativos, foram apresentados, de maneira simples, à população em geral, os aspectos a observar nas eleições para a Assembleia Legislativa, especialmente, as formas de tratamento perante situações de oferta de vantagens indevidas e de coacção.

### Estatísticas sobre as associações que colaboraram com o CCAC para a realização de exposição itinerante comunitária “Eleições limpas dependem de si”

	Associações/instituições
1.	Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores de Mong-Há
2.	Centro de Actividades do Edifício Pak Wai da UGAMM
3.	Ponto de Grupo da UGAMM
4.	The Fu Lun Youth Association of Macau
5.	Centro de Serviços “Stage” da FAOM
6.	Associação Geral dos Chineses Ultramarinos de Macau
7.	Associação de Mútuo Auxílio do Bairro, Abrangendo a Rua da Felicidade e Vias Circundantes
8.	Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores das Ruas de S. Domingos, dos Mercadores e Vias Circundantes
9.	Centro Comunitário "Sun Tou Tong"
10.	Federação de Juventude de Macau
11.	Associação de Auxílio Mútuo de Vendilhões de Macau
12.	Associação dos Moradores da Zona de Aterros do Porto Exterior
13.	Associação de Mútuo Auxílio do Bairro, abrangendo a Rua da Praia do Manduco
14.	Centro de Apoio Social da Associação Baptista Ha Wan
15.	Associação de Mútuo Auxílio dos Moradores da Praia Grande e Avenida da República
16.	Centro de Apoio à Família da Praça de Ponte e Horta da Rede de Serviços Juvenis Bosco
17.	New Tribe 2 da Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau
18.	Centro Comunitário de Taipa da UGAMM
19.	Complexo de Apoio à Juventude e Família da Taipa Sheng Kung Hui
20.	Centro de Educação e Apoio à Família na Ilha da Taipa da Secção do Serviço Social da Igreja Metodista de Macau
21.	Associação de Moradores da Taipa – Centro de Convívio Casa dos "Pinheiros" da Taipa
22.	Centro de Serviços da Taipa da FAOM
23.	Centro de Apoio à Família “Alegria em Abundância” da Associação Geral das Mulheres de Macau

24.	Centro de Serviços da Zona Norte da FAOM
25.	Centro de Apoio aos Operários da Zona Norte da FAOM
26.	Centro Comunitário de Tamagnini Barbosa da FAOM
27.	Campo dos Operários da FAOM
28.	Centro Lok Chon da UGAMM
29.	Centro de Apoio Familiar da Zona Norte da Associação Geral das Mulheres de Macau
30.	Centro Pastoral da Areia Preta
31.	Associação de Confraternização dos Moradores do Bairro do Antigo Hipódromo Areia Preta e Iao Hon de Macau
32.	Centro Comunitário de Iao Hon da UGAMM
33.	Centro de Serviço Comunitário da Areia Preta da UGAMM
34.	Complexo de Serviços “Hong Lok” da Associação dos Familiares Encarregados dos Deficientes Mentais de Macau
35.	Associação de Apoio aos Deficientes de Macau
36.	Centro Comunitário de Mong Há da UGAMM
37.	U-go Center da Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau
38.	Centro Comunitário da Ilha Verde da UGAMM
39.	Centro Comunitário para Jovens da Associação dos Jovens Cristãos de Macau
40.	Centro do Serviço Integrado de Crianças e Jovens da UGAMM
41.	Centro de Aconselhamento sobre o Jogo e de Apoio à Família Sheng Kung Hui
42.	Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro Fai Chi Kei de Macau
43.	Centro de Apoio a Surdos da Associação de Surdos de Macau
44.	Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro da Ilha Verde
45.	Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro Artur Tamagnini Barbosa
46.	Centro de Apoio à Família “Kin Wa” da Secção da Igreja Metodista de Macau
47.	Aliança de Povo de Instituição de Macau
48.	Sociedade de Serviços Sociais de Macau
49.	Chinese Youth Advancement Association

Para além disso, o CCAC levou igualmente a exposição itinerante a várias escolas secundárias, divulgando aos estudantes a importância da integridade e aspectos a observar nas eleições legislativas. Foram exibidos na mesma ocasião os trabalhos distinguidos sob o tema de eleições limpas no âmbito do Concurso de Banda Desenhada “Vamos desenhar um sonho da integridade”, para uma melhor sensibilização em escolas.



Exposição itinerante comunitária “Eleições limpas dependem de si”, co-organizada pelo CCAC e por várias associações



Realização da exposição itinerante “Eleições limpas dependem de si” em várias escolas secundárias locais

**Estatísticas sobre as escolas que colaboraram com o CCAC para a realização de exposição itinerante “Eleições limpas dependem de si”**

	Escolas
1.	Escola Pui Tou
2.	Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga
3.	Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional
4.	Escola Hou Kong (Primário)
5.	Colégio de Chan Sui Kai Socorro Perpétuo
6.	Colégio Anglicano de Macau
7.	Escola Pui Va
8.	Escola Kao Yip
9.	Escola Pui Ching
10.	Colégio Yuet Wah

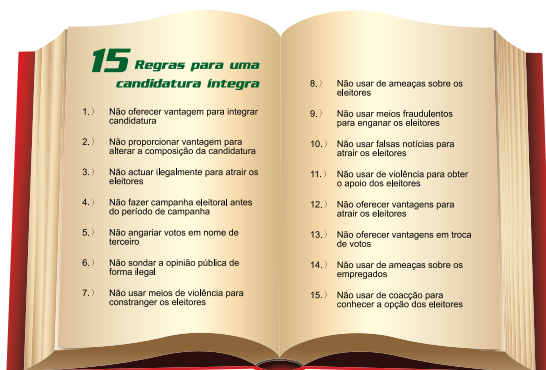
## (7) Divulgação de eleições limpas por vários meios

As mensagens de eleições limpas foram divulgadas pelos mais diversos canais, nomeadamente:

1. No intuito de os cidadãos poderem conhecer, de forma atempada e imediata, as novidades sobre umas eleições limpas, foi instalada pelo CCAC uma página electrónica dedicada às “Eleições Limpas 2013” e, tendo em conta os hábitos de acesso à informação pela população em geral, o CCAC produziu e lançou uma aplicação de telemóvel (App) “Posto de Informação sobre Eleições Limpas”.
2. Foram elaborados folhetos subordinados aos temas “Orientações para os eleitores” e “15 Regras para uma candidatura íntegra” e foram produzidos cartazes publicitários, para serem afixados em diversos Serviços Públicos, instituições, associações, escolas, etc.



Elaboração da aplicação de telemóvel (App) “Posto de Informação sobre Eleições Limpas”



Folheto de divulgação sobre “15 Regras para uma candidatura íntegra”

3. O CCAC elaborou ainda a radionovela, intitulada “Esteja bem informado sobre umas eleições limpas”, que foi emitida na Rádio Macau. Através dessa radionovela, pretendeu-se sensibilizar os cidadãos para os aspectos que devem ser tidos em consideração nas actividades eleitorais, bem como a consciência do cumprimento da lei.

- Foram colocados vários tipos de publicidade em jornais, media na Internet, páginas electrónicas populares, painéis ao ar livre em espaços públicos ou instalações de entidades públicas, auto-silos e autocarros. Através da publicidade, pretendeu-se promover junto dos cidadãos as mensagens de eleições limpas e apelar aos mesmos para participar ao CCAC qualquer actos ilegais no âmbito de corrupção eleitoral, exercendo assim as funções de fiscalização social.



Anúncio de rua



Anúncio num autocarro



Publicidade em MUPI



Publicidade ao ar livre

- Com o apoio do Banco da China (Sucursal de Macau), do Banco Industrial e Comercial da China (Macau), do Banco Tai Fung e do Banco Weng Hang, foi colocada publicidade gratuitamente nos ecrãs de máquinas ATM e folhetos de divulgação nos seus balcões de atendimento para serem distribuídos.
- Com o apoio da Companhia de Electricidade de Macau, foram também distribuídas, gratuitamente, brochuras do CCAC, anexadas em facturas de electricidade, aos seus clientes.

7. Com o apoio da Direcção dos Serviços de Correios, foi aposto um carimbo postal sob o tema “Eleições limpas de 2013” na correspondência postal, para a sensibilização dos eleitores.
8. Foi composta uma nova canção dedicada às eleições limpas “Caminho brilhante”, com o objectivo de apelar à população em geral para cumprir a lei, recusar vantagens indevidas para votar e combater os actos ilegais no âmbito da corrupção eleitoral.
9. Foram produzidos diversos tipos de materiais de divulgação para uma sensibilização para as eleições limpas e foi criada uma linha telefónica aberta contra a corrupção eleitoral, apelando aos eleitores para participar ao CCAC qualquer suspeita da ilegalidade da corrupção eleitoral.

### **3. Análise e reflexão sobre as eleições para a Assembleia Legislativa 2013**

#### **(1) Introdução**

De acordo com o artigo 69.º da Lei Básica, cada legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau tem a duração de quatro anos, composta por deputados eleitos por sufrágio directo, sufrágio indirecto e deputados nomeados pelo Chefe do Executivo. Ainda nos termos do n.º 3 do Anexo II da Lei Básica:

*“3. Se for necessário alterar em 2009 e nos anos posteriores a metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, as alterações devem ser feitas com aprovação de uma maioria de dois terços de todos os deputados à Assembleia Legislativa e com a concordância do Chefe do Executivo, devendo o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional ser informado dessas alterações, para efeitos de registo.”*

A Resolução n.º 2/2012, aprovada em 5 de Julho de 2012 pela Assembleia Legislativa, aumentou o número de assentos de deputados para 33. De acordo com a Ordem Executiva n.º 10/2013, foi marcado para o dia 15 de Setembro de 2013, o dia das eleições para a quinta Assembleia Legislativa.

Ao longo desses anos, cada vez que se realizaram eleições para a Assembleia Legislativa, todo o percurso, desde a fase de preparação até ao dia da votação, dada



a sua importância política no território, foi sempre o foco da atenção da população. Dado que a cultura eleitoral local tem sofrido influência cultural estrangeira e, por outro lado, dado o próprio ambiente eleitoral, a qualidade dos eleitores, as novas solicitações e a forma da candidatura, têm surgido, nas sucessivas eleições, novos problemas que mereceram grande atenção da sociedade.

O que aconteceu exactamente durante as eleições em 2013.

Considerando o desenvolvimento da cultura eleitoral, a elevação da qualidade dos eleitores, a maior exigência política, a alteração do ambiente social e da forma de participação e de competição, já é altura oportuna para reflectir sobre os aspectos técnicos da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, de modo a evitar a repetição dos problemas ocorridos durante as ultimas eleições, que prejudicaram a qualidade das eleições e perturbaram os eleitores e as autoridades, prejudicando a imagem do Governo da RAEM, abrangendo os seguintes tópicos:

- (1) - Definir novas exigências e regras em relação às candidaturas individual e colegial;
- (2) - Reforçar a disciplina sobre a conduta dos apoiantes de candidatos nas eleições;
- (3) - Reforçar e clarificar o papel e o posicionamento da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (adiante designada por CAEAL);
- (4) - Clarificar as atribuições e procedimentos das autoridades competentes.

\* \* \*

## (2) Análise de algumas questões técnicas

### 1. O papel e o posicionamento da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa

A CAEAL tem o papel de organizar e coordenar todos os assuntos relacionados com as eleições, supervisionar procedimentos durante as eleições; porém, a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por Lei Eleitoral) vigente ainda é um pouco ambígua, tendo várias questões que urge clarificar, nomeadamente:

- Em relação às contravenções, em especial as relacionadas com a propaganda eleitoral irregular, qual a autoridade competente para intervir de imediato e *in loco*? A Polícia, o CCAC ou a CAEAL, ou qualquer um deles?
- Em relação a actividades não consideradas de corrupção eleitoral, mas em violação das regras da propaganda eleitoral quais são as consequências para os respectivos autores, uma vez alertados para lhes pôr termo, mas que nelas prosseguem em violação das regras da campanha eleitoral?

### 2. Novos *media* e formas para campanha

A Lei Eleitoral actualmente em vigor não prevê quaisquer novos meios para a realização da campanha, como por exemplo via Internet, *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, *WeChat*, etc. É importante saber, que a utilização das novas tecnologias, meios virtuais para as batalhas da campanha eleitoral é uma tendência contemporânea, assim, se a lei continuar a não regulá-las será muito difícil manter uma ordem desejável durante as eleições, pois haverá sempre pessoas a tirar partido dessas zonas cinzentas. Por outro lado, se continuar a não haver instrumento jurídico suficiente para a intervenção das autoridades nas condutas irregulares, não é difícil prever as consequências.

### 3. Relações entre associações civis e comissões de candidatura

É do conhecimento geral em Macau que a cultura política se baseia muito na constituição de associações, e desde que as actividades quotidianas não infrinjam as leis vigentes, não há necessidade de controlo especial. No entanto, na altura das eleições, ao participarem na campanha eleitoral, as suas actividades devem estar sujeitas a limites. Por exemplo, cada lista de candidatura é apoiada, em geral, por

uma associação; ora, como garantir que essas associações cumpram, durante as eleições, as regras consagradas na Lei Eleitoral? Para este efeito, deve a Lei Eleitoral ter uma maior amplitude para regular as associações de natureza política, de forma a evitar que estas venham a violar a Lei Eleitoral.

Mais, deve impor-se que a comissão de candidatura declare quais são as associações apoiantes, e a associação, por sua vez, deve declarar sujeitar-se às regras da Lei Eleitoral, sob pena de sanções, como por exemplo ser excluída dos apoios financeiros do Governo pelo período de um ano.

Por outro lado, o prazo de 2 semanas para a propaganda eleitoral, previsto na Lei Eleitoral vigente, não será muito curto? Ou o período entre o reconhecimento da comissão de candidatura pelo SAFP e o início da campanha muito longo? Pois durante esse período, houve muitas associações que se aproveitaram das zonas menos claras na lei para iniciar actividades promocionais, que causaram descontentamento nos cidadãos.

Nesse aspecto, poderia alterar-se a lei, para que o reconhecimento da lista de candidatura e a publicação da lista dos candidatos qualificados se faça no mesmo dia, de modo a permitir que a campanha se inicie no dia seguinte, evitando as campanhas antecipadas irregularmente.

#### 4. No dia da votação, ainda se podem realizar propaganda eleitoral?

A exigência de que os candidatos e seus apoiantes não realizem propaganda eleitoral no dia da votação é de muito difícil aplicação. Pois, há sempre membros das listas que se juntam na sua sede ou instalações de campanha para contactar com os eleitores. Há também algumas listas de candidatura que mobilizam pessoas aparentemente sem ligações com a sua própria lista para a espaços públicos para angariar mais votos. Ademais, os candidatos, em especial aqueles já eram deputados ou personalidades públicas, podem aparecer em ocasiões públicas, de modo a servir de promoção. Como se define se estes tipos de situação devem ser considerados propaganda eleitoral com o fim de angariar mais votos? Uma vez que seria difícil distinguir e fiscalizar todas as irregularidades, porque não se abre a possibilidade de autorizar as actividades promocionais nesse dia, com a proibição de promoção a menos de 100 metros da assembleia de voto, com limites bem definidos, permitindo melhor execução por parte das autoridades competentes. No entanto, a introdução deste mecanismo precisará da implementação de novas regras para apoiar a sua execução.

5. Exigir aos candidatos que, durante o período das eleições, declarem todas as lembranças e outros bens oferecidos e serviços prestados ao público

Durante o período das eleições, há sempre muitas ofertas de refeições, viagens, entretenimentos, etc., por parte de apoiantes, associações, bem como dos próprios candidatos e é difícil distinguir se as ofertas fazem parte da campanha eleitoral ou são apenas actividades quotidianas integradas na agenda da respectiva associação e os cidadãos normalmente consideram que aqueles ofertas são meios de corrupção. Caso a autoridade intervenha nesses casos ainda que com insuficiência de provas, poderá ser criticada por interferência nas eleições, e pelo contrário, caso não tome qualquer medida, a situação de eventual corrupção ir-se-á agravar. Estas indefinições causam muitos obstáculos à execução dos trabalhos.

Pelo que, poder-se-ia exigir a todos as listas de candidatura e respectivas associações apoiantes que declarassem todas as actividades a realizar e lembranças a oferecer durante a campanha eleitoral, bem como o respectivo montante para melhor controlo.

6. Regular as actividades de campanha eleitoral praticadas fora de Macau

Dada a cada vez maior facilidade de passagem na fronteira entre Macau e o exterior nos últimos anos, houve candidatos que realizaram actividades de campanha nas regiões adjacentes, nas quais se suspeitou de eventual oferta de vantagens para atrair mais votos. Face a esta situação, como estatuir legalmente a competência de uma entidade para combater eficazmente este tipo de corrupção eleitoral transfronteiriça? Esta matéria merece um estudo, especialmente se se pretender criar mecanismos que envolvam o apoio das autoridades das regiões adjacentes. Ao mesmo tempo, há que pensar ainda como impedir a realização de acções de publicidade ou a divulgação de informações publicitárias através de publicações e páginas electrónicas nas regiões adjacentes? E como eliminá-las uma vez detectadas. Todos estes aspectos representam novos desafios para o aperfeiçoamento da Lei Eleitoral.

7. Reforçar o controlo dos actos dos candidatos

Nos termos da Lei Eleitoral em vigor, ainda que haja infracções durante a campanha eleitoral, os candidatos são raramente sujeitos a responsabilidade criminal, porque são os apoiantes que praticam irregularidades ou crimes de corrupção para fazer os vários tipos de propaganda com o fim de angariar mais votos. Mesmo que as irregularidades ou crimes sejam detectados, os candidatos são raramente envolvidos.

Pelo que há vozes que apelam a uma melhor regulação, exigindo aos candidatos uma vigilância do comportamento dos seus apoiantes, em especial durante o período das eleições. Para isso, surgiria:

- Suprimir a imunidade criminal dos candidatos contra os quais corra inquérito penal por suspeita do crime de corrupção eleitoral durante o período das eleições, mantendo a actual imunidade quando for caso de outro tipo de crimes (sem ligação com a actividade eleitoral). Mas caso o autor do crime seja condenado pelo tribunal, mesmo que já tenha tomado posse como deputado, ser-lhe-á cassado o mandato.

#### 8. Espaço para propaganda eleitoral

Em cada eleição para a Assembleia Legislativa, nos termos da Lei Eleitoral, a CAEAL deve procurar assegurar a cedência para fins de campanha eleitoral, de lugares públicos repartindo com igualdade a sua utilização pelas diversas candidaturas, mas os candidatos, os agentes eleitorais e as associações apoiantes têm feito habitualmente a campanha noutros locais, cujas actividades por vezes são iniciativas semiabertas ao público e, por vezes, não abertas ao público, ou até em lugares privados, como por exemplo em espaços destinados a uso público nos edifícios ou estabelecimentos de empresas, situação que tem causado insatisfação entre alguns eleitores e moradores e um número significativo de queixas. Relativamente a isto, sendo um problema que se tem vindo a repetir em todas as eleições, deve ou não ponderar-se impor uma regulamentação às organizações e aos responsáveis da campanha? Como por exemplo, obrigá-los a declarar com antecedência a actividade que pretendem organizar de forma a permitir um aviso antecipado às entidades de administração de propriedades dirigido aos indivíduos que moram ou que trabalham nos respectivos estabelecimentos, especialmente as pessoas que poderão vir a ser afectadas, pois em caso contrário só sabem da campanha à última hora, ou seja, no início da actividade ou durante esta, não lhes sendo possível oporem-se com antecedência, deixando esses conflitos para os serviços públicos.

\* \* \*

### **(3) Conclusão**

Após o estabelecimento da RAEM, foram já realizadas cinco eleições para a Assembleia Legislativa e os problemas relacionados com a compra de votos em dinheiro e a oferta de refeições registaram notáveis melhoras, o que se deve às mudanças sociais e ao aperfeiçoamento dos próprios regimes. Por outro lado, revela ainda um aumento da consciência do eleitorado, mas caso os regimes em vigor não consigam acompanhar o desenvolvimento da sociedade e das novas tecnologias, para além dos problemas já existentes, poderão ainda surgir novos problemas, situação que poderá provocar impactos sobre a cultura eleitoral e o regime eleitoral, ficando a sociedade e os cidadãos prejudicados, originando custos elevados para a sociedade, o que não corresponde aos desejos da população. Tendo em consideração o exposto, desejamos se iniciem o mais breve possível os trabalhos de análise e revisão da “Lei Eleitoral”, porque tal constitui no fundo uma matéria relevante que tem a ver com a sociedade e o nosso sistema político. Por outro lado, caso se pretenda alcançar esse objectivo, seria importante haver troca de impressões e encontrar um consenso na sociedade bem como ouvir a opinião das autoridades. Caso contrário, teríamos que encarar o mesmo tipo de problemas nas próximas eleições previstas para 2017. Em todas as coisas, o sucesso depende de uma boa gestão de tempo, de uma preparação prévia e o que precisa agora fazer é dar o primeiro passo.